



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações étnicas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Patrimônios em ação: controvérsias e alternativas no contexto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais imateriais em Minas Gerais, Brasil

Autoria: Guilherme Eugênio Moreira

O patrimônio cultural no Brasil testemunhou uma série de inflexões políticas ao longo de sua trajetória que resultaram na criação da noção de patrimônio imaterial. O reconhecimento dos patrimônios imateriais inseriu-se no projeto de redemocratização do país, que prezou pela participação dos indivíduos e coletivos interessados e descentralização dos processos decisórios. Encontramos nas práticas e discursos institucionais visões que defendem os alcances dessas políticas participativas e as rupturas suscitadas pelas possibilidades do registro e salvaguarda, mas é preciso reconhecer em que medida os processos do patrimônio imaterial seguem eminentemente técnicos, a partir de saberes especializados, produzindo continuidades com o modus operandi do patrimônio histórico e artístico. O presente work insere-se no movimento de desestabilizar o patrimônio cultural imaterial e apontar as limitações desse mito da participação, a partir da apresentação de eventos desdobrados no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Desde a década de 90, o estado mineiro tem encaminhado ações e propostas para fortalecer a municipalização de suas políticas culturais e nas últimas duas gestões no IEPHA/MG testemunhamos esforços de consolidar relações mais estreitas entre instituição estadual e prefeituras municipais. A partir de certas controvérsias e impasses vivenciados pela equipe técnica nesse projeto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais mineiros, mais que apontar problemas, interesse-me por problematizar as alternativas encontradas, dentre elas a produção de um cadastro online como ferramenta participativa nos registros das folias e das violas. Proponho uma diferenciação entre processos de reconhecimento meramente



declaratórios e processos de patrimonialização efetiva, ou integrada, na tentativa de expor os papéis e efeitos dos patrimônios e seus agentes na produção de conflitos, bem como o lugar da salvaguarda como elemento diferencial na condução de processos que se aproximem mais da participação. Defendo, ainda, que uma etnografia dos/as técnicos/as e suas produções discursivas pode suscitar novas dimensões ao debate, ao buscar compreender os entendimentos de patrimônio que circulam e os critérios e categorias que são mobilizados nas tomadas de decisão. No contexto atual de desvalorização e precarização das instituições culturais, é preciso pensar no que significa colocar em andamento processos de reconhecimento em escalas cada vez mais abrangentes quando não há recursos e incentivos que possibilitem a operacionalização de medidas de proteção e promoção. Acredito que olhar para o patrimônio cultural em Minas Gerais pode fornecer materiais que enriqueçam nossas discussões em escala federal.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

